



Agenda econômica será votada no Congresso após as eleições

Entre as 14 propostas que integram a agenda, estão a privatização da Eletrobras e o fim do Fundo Soberano. Algumas delas já foram aprovadas pelos senadores e aguardam análise dos deputados

O Congresso deve começar a votar em outubro, após o primeiro turno das eleições, o pacote de medidas econômicas anunciadas pelo governo em fevereiro. As 14 propostas visam reequilibrar as contas públicas e impulsionar a economia.

Entre elas, estão a privatização do Sistema Eletrobras, a permissão para que a Petrobras venda direitos de exploração do pré-sal cedidos a ela pela União e o fim do Fundo Soberano, com o uso do saldo de R\$ 27 bilhões para pagar parte da dívida pública.

Uma das medidas que integram o pacote foi aprovada pelo Congresso em maio e sancionada em seguida pelo presidente da República, Michel Temer. Trata-se da reestruturação da folha de pagamento de empresas para compensar o subsídio ao óleo diesel, concedido para pôr fim à greve dos caminhoneiros.

Algumas das propostas estavam prontas para serem votadas em Plenário durante o período de esforço concentrado, mas não houve consenso entre os líderes para tramitarem em regime de urgência. **3**



Sessão do Plenário, em maio, na qual foi votado projeto que acaba com insenção a empresas e concede subsídio ao diesel

Jonas Pereira/Agência Senado - 29/5/2018

Especialistas defendem mais mobilidade urbana

Participantes de audiência pública da Comissão Senado do Futuro disseram ontem que resolver o problema da mobilidade urbana nas grandes cidades é um dos principais requisitos para melhorar a qualidade de vida da população.

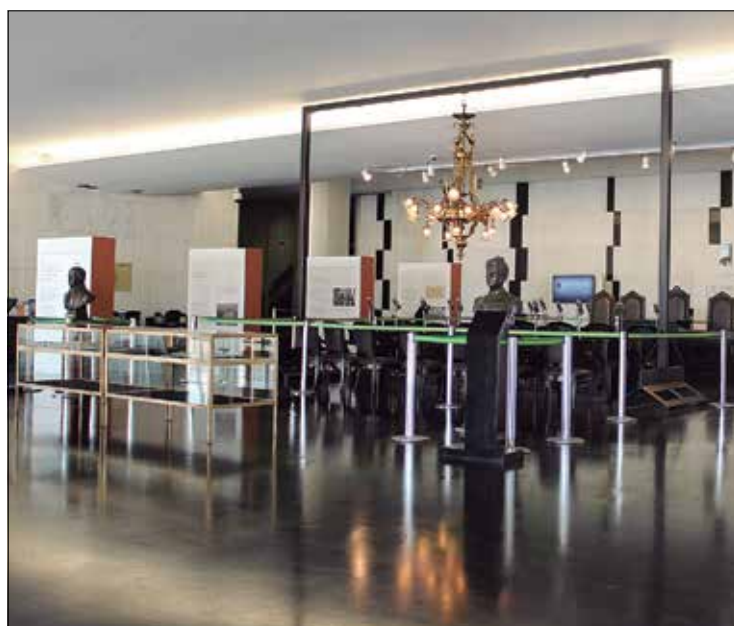
Moradores de regiões metropolitanas gastam até quatro horas entre a casa e o trabalho, afirmaram os convidados, que defenderam o aumento da integração entre municípios e da participação popular como a melhor forma para encontrar soluções. **2**



Para os especialistas, aumentar a integração entre os municípios vai ajudar a melhorar a mobilidade nas cidades do país

Mostra marca os 130 anos da Abolição da Escravatura

Está aberta para visitação no Salão Negro do Congresso, em Brasília, até 25 de setembro, a exposição *Os 130 Anos da Abolição da Escravatura e as Discussões no Senado*. Com documentos e informações, a mostra destaca em painéis as discussões dos senadores da época. Também exhibe o mobiliário do Plenário do Senado no período. **2**



Curadoria da exposição é responsabilidade do Serviço de Museu do Senado

Gabriel Moraes/Senado Federal



Ferramentas do Senado dão transparência ao Orçamento

Em audiências públicas, câmaras municipais e prefeituras têm exibido os vídeos do Orçamento Fácil, do Senado. Lançada em

2013, a série de animações chega ao 16º vídeo. Outra ferramenta para a transparência orçamentária, o Siga Brasil está mais acessível com versão em painéis. **4**



Reprodução

Vídeos do Orçamento Fácil fazem paralelo com dia a dia do cidadão

CPI vota hoje requerimentos sobre crianças

A CPI dos Maus-Tratos vota dez requerimentos. Entre eles, para ouvir especialistas sobre a Operação Silêncio dos Inocentes e sobre infanticídio em aldeias indígenas. **2**

Regras para correção do FGTS podem mudar

Alteração na correção e na capitalização dos depósitos do FGTS aguarda relatório na Comissão de Assuntos Econômicos. Projeto busca manter poder de compra do fundo. **3**

Debate: qualidade de vida exige mobilidade urbana

Convidados de audiência pública defenderam que a solução para o problema passa pela integração entre municípios e por maior participação da população nas decisões sobre planejamento urbano

RESOLVER O PROBLEMA da mobilidade urbana nas grandes cidades é um dos principais requisitos para melhorar a qualidade de vida da população, apontou a audiência pública realizada ontem pela Comissão Senado do Futuro (CSF).

Moradores de regiões metropolitanas gastam até quatro horas entre a casa e o trabalho, afirmaram os convidados, que defenderam o aumento da integração entre municípios e da participação popular como a melhor forma para encontrar soluções.

Segundo o professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) Aldo Paviani, os moradores das periferias de capitais como Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro precisam se deslocar para o centro em busca de trabalho:

— A pessoa fica às vezes três ou quatro horas no ônibus. Isso leva a uma fadiga física e mental — sustentou Paviani.

A professora Gabriela Tenório, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, ressaltou que é preciso adequar as cidades.

— A cidade vai crescendo e se espalhando no território, o que dificulta seu funcionamento. Uma cidade mais densa, mais compacta, é o mais desejado — disse.



Participantes discutem soluções na Comissão Senado do Futuro

Além do problema de deslocamento, equipamentos públicos como praças e serviços são mais escassos nas áreas periféricas, destacou o professor do Instituto de Ciência Política da UnB Lúcio Rennó. Na avaliação dele, é preciso desconcentrar as oportunidades de emprego e estimular parcerias:

— Há pouca colaboração e cooperação entre governos estaduais e municipais, entre municípios e a União para solução desses problemas.

Já o professor Frederico Flósculo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, afirmou que o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001), prevê a participação da sociedade civil nas decisões, mas que na prática isso pouco avançou:

— Não tem como operacionalizar essa participação

popular. Temos que ter lei dizendo como isso deve ser feito — defendeu.

Em 2016, o Observatório das Metrôpoles do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia divulgou estudo, baseado em dados de 2010 do IBGE, que analisa as 15 principais regiões metropolitanas. O Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu) mede a qualidade de vida da em fatores como tempo de deslocamento, arborização, iluminação pública, saneamento e coleta de lixo.

As melhores colocadas foram Campinas (SP), Florianópolis, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. A cidade paulista foi a única a atingir uma avaliação considerada “boa” ou “excelente” de bem-estar. Já o Rio de Janeiro foi o único estado da Região Sudeste a ficar abaixo da média geral, com pontuação de 0,507.

CPI dos Maus-Tratos vota 10 requerimentos hoje

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos vota hoje, a partir das 14h30, dez requerimentos. Entre eles, o do convite ao delegado de polícia civil André Firmino. Ele foi titular da delegacia de polícia de Itapajé, no interior do Ceará, quando investigou inúmeros casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Seu trabalho com a Operação Silêncio dos Inocentes levou à prisão do ex-secretário de Assistên-

cia Social e de funcionários de uma escola tradicional do município. O presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), quer ouvir o delegado de forma reservada.

Também há pedido para ouvir reservadamente o jornalista Wellington Macedo de Souza. Segundo Malta, ele é autor de inúmeras reportagens publicadas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no interior do Ceará, apontando a falta de julgamento e de

punição de muitos agressores.

Outro requerimento a ser analisado é o do relator da CPI, José Medeiros (Pode-MT), para a convocação da diretora de Proteção Territorial da Funai, Azelene Inácio. Ela deverá prestar esclarecimentos à CPI sobre o infanticídio em aldeias indígenas.

O funcionamento da CPI, que investiga os abusos cometidos contra crianças e adolescentes, foi prorrogado até o fim do ano.

Exposição no Senado lembra 130 anos da Abolição da Escravatura

A exposição *Os 130 Anos da Abolição da Escravatura e as Discussões no Senado* está aberta para visitação no Salão Negro do Congresso até 25 de setembro. Com documentos e informações, a mostra destaca em painéis as discussões dos senadores da época. Números e registros ilustram como a repressão dos costumes e a exploração de homens, mulheres e crianças negras eram exercidas por senhores de escravos. Os discursos sobre o assunto eram frequentes tanto por parte dos parlamentares que apoiavam a continuidade da escravidão quanto dos abolicionistas.

Figuras populares importantes estão representadas na mostra, como Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, personagem de destaque no movimento abolicionista cearense. A pro-

víncia do Ceará foi a primeira a abolir a escravatura no território brasileiro. A exposição oferece uma visita guiada para pessoas com deficiência visual, com descrição do ambiente e acesso a livretos, textos e legendas em braille, e alguns objetos disponíveis ao toque.

Uma réplica do mobiliário do Plenário vindo do Palácio Monroe (sede do Senado entre 1925 e 1960, no Rio de Janeiro) está montada na exposição. Também há peças retratando uma ambientação semelhante à do Palácio Conde dos Arcos, sede do Senado onde foi assinada a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

A curadoria coletiva é de responsabilidade do Serviço de Museu do Senado.

Agendamento de visita: <http://bit.ly/agendamentoVisita>



Busto da princesa Isabel é um dos objetos que compõem a mostra

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CPI DOS MAUS-TRATOS Convocações e convites

14h30 Análise de 10 requerimentos, entre os quais o de convocação da diretora da Funai, Azelene Inácio, e convites ao jornalista Wellington Macedo e ao delegado André Firmino.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso vota pauta econômica após eleições

Entre os projetos prioritários para o governo, estão o que permite o uso dos recursos do Fundo Soberano para pagar dívida pública e o que autoriza a privatização da Eletrobras

AO FIM DO período eleitoral, senadores e deputados terão sobre a mesa o pacote de medidas econômicas anunciadas pelo governo em fevereiro deste ano. Com 14 projetos, o pacote visa reequilibrar as contas públicas, melhorar a vida das famílias e o ambiente de negócios para as empresas.

Das 14 propostas, 11 já tramitavam no Congresso, sendo boa parte delas polêmicas. Três estavam prontas para votação no Plenário e havia expectativa de que fossem analisadas durante os esforços concentrados do período eleitoral, mas, segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira, não tiveram assinaturas suficientes dos líderes para tramitarem em regime de urgência ou, por não serem consensuais, só deverão ser votadas após o dia 7 de outubro.

Entre elas, está o PLC 68/2018, que define regras para a desistência da compra de imóvel na planta, o distrato, que foi rejeitado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tramita no Plenário.

Outra proposta que integra o pacote é o PLS 146/2016, do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), sobre a autonomia do Banco Central. Há ainda o PLC 78/2018, que trata da venda da cessão onerosa do petróleo do pré-sal contratada pela Petrobras com a União, e o PLC 77/2018, um dos mais polêmicos da lista, que autoriza a privatização de seis concessionárias e distribuidoras do Sistema Eletrobras. A proposta foi distribuída pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, para as Comissões de Infraestrutura (CI), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

— Esses projetos chegaram aqui no final do semestre. É natural que a gente tenha que debater o assunto. Por dever de ofício, despachei para a Comissão de Assuntos Econômicos, para que ela analise e encaminhe ao Plenário.

Do pacote do Executivo, o Congresso aprovou um, já sancionado pelo presidente Temer. A Lei 13.670, que trata da reoneração da folha de pagamento de vários setores da



Projeto que acaba com isenções a empresas para compensar subsídio ao diesel foi aprovada em maio no Plenário

economia, visa compensar o subsídio ao óleo diesel, concedido como parte do acordo com os caminhoneiros para encerrar as paralisações da categoria em maio.

Cadastro Positivo

Outros três projetos foram aprovados pelos senadores e agora aguardam análise da Câmara dos Deputados. O PLS 212/2017, do senador Dalirio Beber (PSDB-SC), estende ao cadastro positivo a mesma regra do negativo:

as instituições financeiras podem incluir informações sem autorização dos clientes. Mas exige que o consumidor seja comunicado da inclusão e dá prazo de 30 dias para que ele solicite a exclusão. O texto está pronto para votação no Plenário da Câmara.

Já o PLS 559/2013 altera o marco legal de licitações e contratos do poder público. Além de trazer regras novas, consolida normas presentes em diferentes leis que tratam de licitações, de pregões

e do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Entre as inovações, destacam-se o julgamento das propostas antes da habilitação e a contratação de seguro para garantir a conclusão de uma obra pública em caso de dificuldades enfrentadas pela empresa contratada. Na Câmara, o projeto está em uma comissão especial.

O PLS 449/2016 regulamenta o teto salarial no serviço público, obrigando que os rendimentos de servidor ativo ou aposentado não excedam o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta também está em comissão especial na Câmara.

Fundo Soberano

Durante a primeira semana de esforços concentrados, senadores e deputados aprovaram na comissão mista a Medida Provisória 830/2018, que trata do fim do Fundo Soberano. Criado em 2008, o fundo é uma poupança a ser usada em investimentos e em momentos de crise econômica. Diante do déficit de R\$ 159 bilhões em 2018, o Planalto optou por usar o saldo de R\$ 27 bilhões para pagar parte da dívida pública, como explicou o presidente da comissão, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

— Você só coloca dinheiro na poupança quando você tem uma sobra entre o que você ganha e o que você gasta. Então, como você está tomando dinheiro emprestado para cobrir as suas necessidades, você vai colocar no fundo?

Não — argumentou o senador.

A MP 830/2018 vence no dia 2 de outubro e ainda precisa ser votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

Outros dois textos foram aprovados pela Câmara antes do recesso e precisam ainda ser analisados pelos senadores. É o caso do PLC 73/2018, que autoriza a emissão de duplicata em sistema eletrônico. A proposta recebeu relatório favorável do senador Armando Monteiro (PTB-PE) e aguarda votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 52/2013 atualiza o marco legal das agências reguladoras. O texto foi aprovado de forma terminativa em comissão da Câmara e voltaria ao Senado após sofrer alterações. Mas deputados apresentaram recursos no dia 8 de agosto para que o projeto seja votado em Plenário.

Entre as propostas do governo sem consenso, está também o PLC 79/2016, conhecido como Lei das Teles, que tem situação indefinida na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado. O projeto permite ao governo trocar o sistema de concessão de telefonia fixa pelo sistema de autorização e, às companhias, não devolver ao Estado os chamados bens reversíveis (prédios e equipamentos públicos que ficaram sob a guarda das empresas após as privatizações). O texto foi aprovado em 2016, mas voltou ao Senado após recurso da oposição no STF.

A proposta aguarda parecer na CCT, mas o presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA), anunciou que não vai colocá-la em votação. Ele quer que o projeto seja votado em Plenário, o que só deve ocorrer, segundo o presidente Eunício Oliveira, caso haja um pedido de urgência por parte das lideranças.

O projeto de uma nova lei de finanças públicas (PLP 295/2016), o programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais (PL 9215/2017, na Câmara) e o depósito voluntário no Banco Central (PL 9248/2017, na Câmara) também aguardam votação pelos deputados.

Prioridades para o Executivo

ITEM	SITUAÇÃO
Reoneração da folha de pagamento — Lei 13.670, de 2018	Sancionada em maio pelo presidente da República
Distrato na compra de imóvel na planta — PLC 68/2018	Plenário do Senado
Autonomia do Banco Central — PLS 146/2016	Plenário do Senado
Eletrobras — PLC 77/2018	Distribuído para CCJ, CAE e CI
Cadastro Positivo de Consumidores — PLP 441/2017	Plenário da Câmara dos Deputados
Marco Legal de Licitações e Contratos — PLS 559/2013	Comissão especial da Câmara dos Deputados
Teto remuneratório do funcionalismo — PL 6726/2016	Comissão especial da Câmara dos Deputados
Extinção do Fundo Soberano — MP 830/2018	Aguardando deliberação no Plenário da Câmara dos Deputados
Duplicata eletrônica — PLC 73/2018	Aguardando parecer do relator na CCJ do Senado
Marco Legal das Agências Reguladoras — PLS 52/2013	Aguardando análise de recursos no Plenário da Câmara dos Deputados
Lei das Teles — PLC 79/2016	Aguardando parecer da CCT do Senado
Nova Lei de Finanças Públicas — PLP 295/2016	Aguardando instalação de comissão temporária pela Mesa da Câmara dos Deputados
Programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais — PL 9.215/2017	Aguardando parecer do relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados
Depósito voluntário no Banco Central — PL 9.248/2017	Aguardando instalação de comissão temporária pela Mesa da Câmara dos Deputados

Projeto de lei muda correção do FGTS para garantir atualização monetária

Aguarda relatório na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a proposta que modifica a correção monetária dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O PLS 229/2018 está com o relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES). De autoria de Lasier Martins

(PSD-RS), o projeto estabelece que os depósitos do FGTS serão mensalmente corrigidos com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, e capitalizados com juros de 3% ao ano. Segundo o autor, a reserva financeira acumulada

pelo trabalhador no FGTS tem sido sistematicamente corroída pela perda de poder de compra da moeda, visto que o indexador de correção usado atualmente, a Taxa Referencial (TR), tem se situado historicamente abaixo da inflação.

O senador alega que a esco-

lha do IPCA se justifica pelo fato de o indicador refletir a taxa de inflação para as famílias com renda mensal entre 1 e 40 salários mínimos, independentemente da fonte de rendimentos recebidos. Lasier afirma que o objetivo é garantir que a reserva financeira acumulada

pelo trabalhador junto ao FGTS “tenha o seu poder de compra estável no tempo, em linha com o comportamento de índice oficial de preços”.

Após passar pela CAE, o projeto será analisado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Senado dá transparência às verbas do Orçamento

Há quase duas décadas, a Casa investe em projetos para ajudar o cidadão a compreender e a fiscalizar as contas do governo, como Siga Paineis Cidadão e a série de animações do Orçamento Fácil

Cintia Sasse

EM UM PEQUENO município no norte de Mato Grosso, a 428 quilômetros de Cuiabá, a câmara municipal e a prefeitura decidiram utilizar os vídeos do Orçamento Fácil, desenvolvidos por equipe do Senado, no início das audiências públicas sobre as leis orçamentárias municipais. A iniciativa partiu de uma internauta que assessora a Câmara de Ipiranga do Norte, cidade com menos de 7 mil habitantes.

A assessora Karynne Fernandes conta que começou a pesquisar pelo YouTube conteúdos que pudessem ajudar a câmara municipal em um programa intitulado Vereador Mirim, voltado para conscientizar jovens de 13 a 16 anos sobre temas como Constituição, cidadania e controle social do orçamento.

Foi quando localizou o canal do Orçamento Fácil em 2015 — com vídeos que também podem ser encontrados diretamente na página do Senado (veja no Saiba Mais). Segundo ela, os jovens, principalmente os de 15 e de 16 anos, depois de assistir às animações conseguiram compreender melhor os conceitos e a estrutura orçamentária do país.

—O conteúdo dos vídeos fala algo difícil de forma simples, o que possibilita a compreensão do sistema orçamentário— avalia Karynne.

A experiência deu tão certo, que outros servidores da câmara municipal e os vereadores mirins resolveram, há dois anos, exibir os vídeos no



Ipiranga do Norte, em Mato Grosso, usa os vídeos no início de audiências

início das audiências sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que compõem tanto o sistema federal quanto o municipal e o estadual.

Lúdico

O tesoureiro da Câmara Municipal de Matão (SP), Willian Roberto Costa, conheceu o Orçamento Fácil pelo Facebook do Senado. Achou tão interessante a postagem, que divulgou para alguns colegas de trabalho no município, que fica a 305 quilômetros da capital paulista e com cerca de 82 mil habitantes. A avaliação entre eles, segundo Costa, foi que os vídeos poderiam tirar dúvidas de alguns vereadores e de suas assessorias.

A ideia não avançou ainda. Mas o tesoureiro, que estuda gestão pública em curso a distância e é contador há oito anos, diz que também vai propor a exibição dos vídeos do Orçamento Fácil na abertura das audiências públicas sobre a nova lei orçamentária do município paulista este ano, seguindo o exemplo de Ipiranga do Norte.

Lançada em 2013, a série de animações chega agora ao 16º vídeo. Com uma linguagem

lúdica e fazendo um paralelo com situações do dia a dia do cidadão, o internauta pode compreender com facilidade conceitos sem ter que ser especialista em orçamento público. O novo vídeo introduz o tema das classificações orçamentárias, o que são e para que servem. Mostra também a diferença entre receitas e despesas primárias e financeiras.

Para a consultora de Orçamento do Senado Rita Santos, a informação vai sendo transmitida de forma bastante simples nas animações, com analogias a situações rotineiras. O objetivo, acrescenta, é atrair o interesse do internauta para um assunto tão importante.

Rita, que participa da equipe do Orçamento Fácil, lembra que o projeto pretende estimular os alunos do ensino médio a se interessarem pela elaboração das leis orçamentárias e pelo controle dos gastos públicos. Mas o resultado despertou a atenção também de candidatos a vagas em concursos públicos, de professores universitários que usam as animações em sala de aula ou para trabalho de campo dos alunos, e de internautas interessados em entender e acompanhar o sistema orçamentário brasileiro.

Angola

Além das três leis orçamentárias, os vídeos já explicaram assuntos como dívida pública e o seu refinanciamento, fases da despesa do governo (como empenho) e conceitos aparentemente complicados, como o de restos a pagar.



Nova animação explica de modo simples conceitos de contabilidade pública

Um novo conjunto de três vídeos, a partir do 16º, que está em fase de finalização, vai tratar não só da diferença entre receitas e despesas primárias e financeiras como também do que distingue o resultado nominal do primário, conceitos que a imprensa divulga sem muita explicação ao público.

Há dois anos, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) adaptou o projeto do Senado para o orçamento de Angola. Com a gravação de novo áudio com o sotaque do país, o Unicef utilizou as animações do Orçamento Fácil para explicar o Orçamento Geral do Estado, nome do orçamento angolano.

Outro exemplo que mostra o acerto da linguagem do Orçamento Fácil é o do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A instituição usa os vídeos para explicar o orçamento público do DF desde maio do ano passado.

O Senado começou a investir em transparência orçamentária há quase duas décadas. Em 2000 iniciou o desenvolvimento de uma ferramenta para auxiliar os consultores de Orçamento na análise dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que processa e contabiliza as contas públicas. A ferramenta se revelou um importante sistema de transparência

orçamentária. Com o nome de Siga Brasil, foi aberto ao público em 2004. Rita lembra que ele é o único sistema de informações que congrega as bases de dados de todo o ciclo orçamentário: da elaboração ao pagamento.

Siga Paineis

Além de ser premiado e reconhecido internacionalmente, o Siga Brasil serviu de exemplo para outros países. Segundo a consultora, um deles foi a Sérvia, que desenvolveu e já lançou sistema semelhante, contando com ajuda de servidores do Senado brasileiro.

O Siga Brasil ganhou recentemente versão mais acessível, devido ao uso de um software que permite a leitura gráfica das informações obtidas da base do Siafi. Agora intitulado de Siga Brasil Paineis, o sistema está dividido em três áreas: uma atende os especialistas em Orçamento, a outra acompanha as emendas parlamentares e, por enquanto, cuida apenas das emendas de execução obrigatória, e a terceira, chamada Paineis Cidadão, está direcionada para o público.

O Paineis Cidadão foi desenvolvido em uma linguagem mais fácil de ser compreendida por quem não é especialista. Basta entrar na página do Senado e selecionar no alto, após um clique na aba Orçamento, o campo Siga Brasil e entrar no Paineis Cidadão. Lá o internauta encontra várias pesquisas prontas.

—É só digitar o tema que interessa pesquisar, por exemplo creche ou Minha Casa, Minha Vida. E o resultado aparece na tela. A grande diferença é que o cidadão não precisa conhecer as classificações orçamentárias, que são exigidas na pesquisa pelo painel dos especialistas — explica a consultora-geral de Orçamento, Ana Cláudia Borges.

Saiba mais

Orçamento Fácil

- www.senado.leg.br/orcamentofacil
- <http://bit.ly/youtubeOF>

Siga Brasil Paineis

- <http://bit.ly/SigaBrasilCidadao>



Paineis Cidadão oferece consultas prontas, bastando digitar o tema e sem precisar conhecer as classificações orçamentárias exigidas no painel dos especialistas

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania